



EXMA. SRA. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE OBRAS
DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2019/2226
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2019

R.H.
mez, 08/04/19.
às 11h40min.
Kallia

SAMPAIO CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.393.324/0001-62, com sede na rua França Morel, 234, centro, Maceió, Alagoas, CEP 57020-560, através do seu representante legal, na condição de licitante no certame público indicado em epígrafe, vem, tempestivamente, nos termos do art. 109, §3º da Lei nº 8.666/93, apresentar

CONTRARRAZÕES

ao **inconsistente** Recurso Administrativo apresentado pela empresa NOBRE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA, perante essa distinta administração que de forma absolutamente coerente **classificou** a proposta de preços apresentada por esta contra-razoante no processo licitatório em pauta.

1. Da Tempestividade

Conforme se extrai do Extrato do Diário Oficial do Poder Judiciário disponibilizado em 29/03/2019 fora publicada a interposição de recursos por esta contra-razoante e pela empresa NOBRE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA no dia 01/04/2019, contra a decisão das classificações das propostas na TP nº 002/2019.



Dessa forma, nos termos do art. 109, inciso I, alínea b, da Lei nº 8.666/93, o recurso poderá ser interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicando-se ao presente a regra processual de exclusão do primeiro dia - dia da publicação, e inclusão do último dia, exaurindo-se o prazo para interposição do presente no dia 08/04/2019 (segunda-feira), pelo que tempestivo o presente recurso.

2. Síntese dos Fatos

Conforme consta do Resultado do Julgamento da Habilitação da Tomada de Preços nº 002/2019, realizada em 19 de março de 2019, a Comissão de Licitação de Obras do Poder Judiciário de Alagoas concluiu que a empresa ASSISTENCE ENGENHARIA LTDA – EPP fora a primeira classificada no certame, a empresa SAMPAIO CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP a segunda classificada e a empresa NOBRE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA a terceira classificada.

Extraí-se do autos do Processo Administrativo nº 2019/2226 que após a publicação do Resultado do Julgamento da Habilitação da Tomada de Preços nº 002/2019a terceira classificada, a empresa NOBRE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA interpôs Recurso Administrativo aduzindo a dissonância das propostas apresentadas pela primeira e segunda classificadas com a Lei de Licitações, ao afirmar que “inserem o valor de mão de obra abaixo do valor legal”, para ao fim solicitar as suas desclassificações.

Nada obstante, referidas alegações não merecem prosperar pelo que passaremos a demonstrar.

2.1 – Da Adequação dos valores apresentados na Planilha Orçamentária da Sampaio Construções EIRELI às disposições editalícias e legais

Em que pese a alegação da recorrente NOBRE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA no tocante à inadequação da proposta apresentada por esta



contra-razoante, especificamente no que se refere ao item 15.01.01, esta não deve prosperar porquanto a tentativa da recorrente de fazer essa Comissão de Licitação de Obras do Poder Judiciário de Alagoas crer que ao presente caso se aplicam os limites da lei que regula o Exercício da profissão de Engenheiro, restará frustrada em razão dos fatos adiante explanados.

A empresa NOBRE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA interpôs o presente recurso alegando que esta contra-razoante consignou “a oferta do salário do Engenheiro Eletricista no item 15.01.01 abaixo do mínimo legal e do valor apresentado na planilha orçamentária base do órgão e também abaixo do índice SINAPI/JAN.19”.

No que tange às alegações sobre a empresa SAMPAIO CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP, a inadequação estaria consubstanciada na proposta referente ao item 15.01.01 consistir em 70,98% da proposta apresentada pela recorrente.

Aduz que, segundo seu entendimento, “ambas as recorridas colocaram em suas planilhas os preços unitários dos engenheiros abaixo do piso legal estabelecido”, informação esta que teria sido confirmada através de consulta realizada perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Alagoas – CREA/AL.

Aduz também que “as empresas que angariaram as primeiras colocações no certame apresentaram em sua planilha o valor do salário dos engenheiros civil e eletricista muito abaixo do mínimo vigente exigido” sem contudo, fazer referência a quais valores estava tratando neste momento, bem como alegou que “os valores da **hora salário** dos engenheiros constantes nas planilhas apresentadas pelas licitantes recorridas se encontram abaixo do mínimo legal, o que torna inexecutáveis as propostas apresentadas”(g.n.).

Ademais, alega ofensa direta ao art. 44, §3º da Lei de Licitações que inadmita “proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e **salários** de mercado [...]” (g.n.).

Nada obstante, a apresentação de proposta equivalente a 70,98% da apresentada pela recorrente **afasta** a alegação de “preço inexequível” regulamentada pelo art. 48 da Lei de Licitações, que afirma:

Art. 48. Serão desclassificadas:

[...]

II - propostas com **valor global** superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as **propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:**

- a) **média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou**
- b) **valor orçado pela administração. (g.n.)**

Logo após, a recorrente junta o teor da consulta realizada perante o CREA/AL que, ao alegar a participação em processo licitatório, informou que “algumas empresas licitantes apresentaram proposta de preço acompanhadas de planilhas orçamentárias nas quais constam valores atribuídos aos **salários dos engenheiros** que se encontram abaixo do piso legal” e indagou “à luz da Lei 5.194/66, se uma empresa privada participante de obra pública tem a obrigação legal de cumprimento do **piso salarial** do engenheiro utilizando o valor legal para composição da planilha” (g.n.).

Em resposta, o CREA/AL afirma que “a lei é clara ao impor o **Salário Mínimo Profissional** para os Engenheiros e Agrônomos [...]” e fundamenta a resposta a consulta formulada inteiramente na obediência ao **salário mínimo profissional para Engenheiros**.

Ocorre que, tais afirmações não devem prosperar, haja vista a incompatibilidade do que fora apresentado com as exigências editalícias, porquanto





inaplicável a legislação que regulamenta o **salário** de referidos profissionais aos contratos de prestação de serviços **admitidos pelo edital da Tomada de Preços nº 002/2019** que no item 7.2.3.1., b.3 permite que “o vínculo entre profissional e a pessoa jurídica pode ser comprovado por meio de [...] **Contrato de Prestação de Serviço**, [...] do qual constem a indicação do cargo ou função técnica, o início e a descrição das atividades a serem desenvolvidas pelo profissional” (g.n.).

Exigir a retribuição dos prestadores de serviço através do pagamento de salário consiste em afronta direta ao Edital pois, em havendo pagamento de salário haverá caracterização de vínculo empregatício no contrato de prestação de serviço, transformando-o em contrato de emprego, **violando a permissão editalícia de contratação de profissional autônomo através de contrato de prestação de serviço**.

2.1.1 – Da Natureza Jurídica dos Contratos de Prestação de Serviços

A doutrina e os códigos contemporâneos disciplinam de forma autônoma os Contratos de Prestação de Serviços e os Contratos de Trabalho. O primeiro é regulamentado através das normas constantes no Código Civil, ao passo em que, os Contratos de Trabalho estão sujeitos às leis de ordem pública.

O art. 594 do Código Civil define a prestação de serviço como:

Art. 594 - Toda a espécie de serviço ou trabalho lícito, material ou imaterial, pode ser contratada mediante **retribuição**. (g.n.)

A prestação de serviço faz surgir o direito a uma **retribuição**, que é uma obrigação do tomador de serviço.

As partes podem pactuar a forma que se dará a retribuição que poderá ser paga em sua integralidade ou parcelada. Após a execução do serviço ou eventual adiantamento caso seja essa a vontade das partes.

Normalmente o serviço é pago após a sua realização. Todavia as partes podem modificar essa regra.



É o que prevê o art. 597 do Código Civil:

Art. 597 - A **retribuição** pagar-se-á depois de prestado o serviço, se, por convenção, ou costume, não houver de ser adiantada, ou paga em prestações. (g.n.)

Dessa forma, é clarividente que a **contraprestação onerosa dos contratos de prestação de serviço não se confunde com a natureza jurídica do “salário”, que é adequada apenas para a retribuição realizada dentro do Contrato de Emprego**, em moeda corrente, de forma periódica enquanto durar a relação empregatícia.

É o que vemos na classificação do art. 3º da Consolidação das Leis Trabalhistas:

Art. 3º - Considera-se **empregado** toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante **salário**. (g.n.)

Assim, conclui-se que, o salário é considerado a contraprestação pelo trabalho desenvolvido pelo **trabalhador empregado**.

Ao passo que, o Trabalhador Autônomo é todo aquele que exerce sua atividade profissional **sem vínculo empregatício**, por conta própria. Ainda, a prestação de serviços pode ser não só de forma eventual, mas também habitual.

Isto porque o § 2º do art. 442-B da CLT dispõe que não caracteriza a qualidade de empregado prevista no art. 3º da CLT o fato de o autônomo prestar serviços a apenas um tomador de serviços:

Art. 442-B. A contratação do autônomo, cumpridas por este todas as formalidades legais, com ou sem exclusividade, de forma contínua ou não, afasta a qualidade de empregado prevista no art. 3º desta Consolidação. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

Dessa forma, verificando-se a não equivalência das espécies de contrato acima indicados, **não há que se falar em incidência de teto de piso salarial aos contratos de prestação de serviços**, porquanto sua contraprestação tem natureza de retribuição estabelecida pelas partes que não se confunde com salário.

2.1.2 A inaplicabilidade das disposições referentes ao Piso Salarial previsto na Lei nº 5.194/66 aos Contratos de Prestação de Serviços – Entendimento do CREA/AL acerca da inaplicabilidade de referido Dispositivo Legal e da Resolução nº 397/ do CONFEA 95 aos Contratos de Prestação de Serviços

Consoante demonstrado no tópico anterior, não se confunde a condição de Trabalhador Autônomo prestador de serviços com a de Empregado com vínculo empregatício.

Nas palavras de Carlos Roberto Gonçalves¹, “no direito do trabalho deve ser respeitado o salário mínimo estabelecido pela lei. A prestação de serviços, no Código Civil, **embora não adstrita a esse limite, sendo regida pelo princípio da autonomia da vontade**, não pode afastar-se todavia das cláusulas gerais que consagram a função social do contrato e o princípio da boa-fé objetiva (CC, arts. 421 e 422)”(g.n.). E continua, “a prestação de serviço é também contrato *consensual*, uma vez que se aperfeiçoa mediante o simples acordo de vontades”.

Dessa forma, verifica-se que a argumentação do recorrente consubstanciada na incompatibilidade dos preços apresentados com o **salário mínimo** dos Engenheiros Eletricistas estabelecido pela Lei 5.194/66 não deve prosperar, porquanto esta destina-se aos profissionais com relação de emprego ou função, **não se aplicando a prestação de serviços de forma autônoma, admitida pelo Edital**. É inclusive o que se extrai da resposta emitida pelo CREA/AL que aduz que “a lei é clara ao impor o **Salário Mínimo Profissional ...**”, não tratando em nenhuma passagem da sua manifestação acerca da retribuição pela prestação de serviços.

Ademais, o art. 2º da Lei nº 4.950-A/66 que regulamenta o salário-mínimo dos profissionais diplomados em Engenharia, é claro ao estabelecer que a regulamentação do salário-mínimo profissional estabelecido pela Lei 4.950-A/66 e reproduzido na Lei

¹ GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro – Contratos e Atos Unilaterais. 8ª Ed.



nº 5.194/66 refere-se aos trabalhos prestados por profissionais com relação de emprego, é o que vemos:

Art . 2º O salário-mínimo fixado pela presente Lei é a remuneração mínima obrigatória por serviços prestados pelos profissionais definidos no art. 1º, **com relação de emprego ou função**, qualquer que seja a fonte pagadora.

Assim, tendo sido claro o Edital em seu item 7.2.3.1., b.3, ao permitir que o vínculo entre o profissional Engenheiro Eletricista e a pessoa jurídica fosse demonstrado através de Contrato de Prestação de Serviços, resta afastada qualquer hipótese de vinculação do contrato a existência de vínculo empregatício. É o que vemos:

b.3) O vínculo entre profissional e a pessoa jurídica pode ser comprovado por meio de contrato de trabalho anotado na carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, **contrato de prestação de serviço**, livro ou ficha de registro de empregado, contrato social, ata de assembleia ou ato administrativo de nomeação ou designação do qual constem a indicação do cargo ou função técnica, o início e a descrição das atividades a serem desenvolvidas pelo profissional.
(g.n.)

Dessarte, em sendo a contratação realizada através de **contrato de prestação de serviço uma das formas permitidas no EDITAL**, a contratação de prestador de serviço autônomo pela empresa SAMPAIO CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP encontra-se em conformidade com a previsão editalícia. A exigência de pagamento de salário desconfigura a natureza do contrato de prestação de serviços, caracterizando a relação de emprego, ofendendo o Edital da TP nº 002/2019 que permite a contratação de prestador de serviços.

Ainda, em sendo permitida a contratação de prestador de serviços Engenheiro Eletricista, o próprio Edital não exigiu que sua contratação se desse com vínculo empregatício regulamentado pela CLT, assim, verificando-se que aos prestadores de



serviço autônomos as alíquotas a serem pagas são as indicadas na Nota Fiscal, não se confundindo com encargos sociais e, por isso, são reduzidas, o que possibilita a oferta do custo unitário para referido item inferior àqueles que mantém vínculo empregatício.

A pessoa jurídica que opta pela contratação de prestador de serviços auferir uma redução de encargos se comparados com os encargos trabalhistas previstos pela CLT, o que reflete na proposta ofertada, possibilitando a oferta de menor custo unitário. Tornando-se a proposta mais vantajosa para a Administração Pública pela redução do preço a ser pago sem comprometer as exigências legais.

Por fim, verifica-se que a consulta formulada pelo recorrente ao CREA não se adequa ao caso em comento porquanto se referiu somente aos contratos firmados com profissionais com vínculo empregatício (CARTEIRA ASSINADA), remunerados mediante salário, o que não se aplica ao presente caso.

Esse entendimento é corroborado pela resposta do CREA a consulta realizada por este Contra-Razoante (Doc.01), vez que o próprio CREA/AL, ao ser questionado acerca da existência de norma regulamentadora dos valores a serem pagos nos Contratos de Prestação de Serviços celebrados por profissionais autônomos, bem como acerca da incidência de "Piso Salarial" a estes contratos, reconheceu que "a Resolução do CONFEA nº 397/95, que determinou a fiscalização do Salário Mínimo Profissional por parte dos CREAs, no seu art. 2º, afastou aplicabilidade do mesmo para os profissionais que não possuem vínculo Trabalhista. [...] Desta forma, entendemos que o profissional autônomo, contratado sem vínculo trabalhista para realizar determinado serviço/obra por empreitada específica, não estaria submetido ao Salário Mínimo Profissional da categoria, Previsto na Lei Federal nº 4.950-A/66 e 5.194/66". (g.n.)

Art. 2º - O Salário Mínimo Profissional é a remuneração mínima devida, por força de contrato de trabalho que caracteriza

vínculo empregatício, aos profissionais de Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia, Meteorologia e Tecnólogos, com relação a empregos, cargos, funções, atividades e tarefas abrangidos pelo Sistema CONFEA/CREAs, desempenhados a qualquer título e vínculo, de direito público ou privado, conforme definidos nos Arts. 3º, 4º, 5º e 6º da Lei no 4.950-A, de 22 de abril de 1966, no Art. 82 da Lei no 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e no Art. 7º, inciso XVI, da Constituição Federal, sob regime celetista.

2.1.3 – Da Natureza ESTIMATIVA da Planilha Orçamentária

Extraí-se do recurso interposto a afirmativa de que os valores apresentados encontram-se abaixo dos indicados na planilha orçamentária do órgão como argumento para o pedido de desclassificação desta contra-razoante.

Ocorre que, conforme previsão legal, a obrigatoriedade editalícia refere-se à existência de Planilhas de quantitativos e preços unitários que componham o orçamento **estimado**, é o que vemos:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

[...]

§ 2º Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

II - **orçamento estimado** em planilhas de quantitativos e preços unitários; (g.n.)

Ademais, imperioso colacionar os termos do item 8.5 do Edital da TP nº 002/2019 que afirma:

8.5 Na formação do preço que constará das propostas dos licitantes, **poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles constantes do orçamento de referência**, desde que estes, assim como o preço global orçado e o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato fiquem iguais ou abaixo dos preços de referência; (g.n.)



Em análise, extrai-se de referido item a não vinculação aos valores indicados no orçamento de referência, preservando a característica primordial do processo licitatório instaurado a fim de fomentar a competição entre os licitantes em busca da proposta que ofereça maior vantajosidade à administração.

Ademais, os valores apresentados pelo SINAPI referem-se ao cálculo da hora trabalhada na modalidade “Carteira Assinada”. **O prestador de serviço, por sua vez, não se enquadra no cálculo do SINAPI porquanto, a prestação de serviço não será em tempo integral e pelo fato de o prestador de serviços e a contratante pagarem alíquotas menores em relação às previstas no SINAPI.**

Em decorrência disto, **não é devido utilizar o comparativo do SINAPI com a modalidade do contrato de prestação de serviços firmado, por se tratar de modalidades de contratações diferentes.**

Assim, conclui-se que, embora o órgão tenha orçado pelo SINAPI e sugerido um preço de referência este PERMITIU a contratação por **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, ou seja, permitiu a celebração de contrato em modalidade diferente da que usou para elaboração da planilha orçamentária de referência, o que por sua própria natureza reduz o preço a ser pago gerando vantagem à Administração Pública.

2.1.4 – Da inexistência de proposta com preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero

Diferentemente do que fora ventilado no recurso interposto, esta contrarrazoante ao apresentar proposta orçamentária, especificamente no que tange ao item 15.01.01, o fez dentro dos valores praticados no mercado, correspondendo a aproximadamente 71% do valor apresentado pela recorrente ao mesmo item, afastando qualquer alegação de inexecuibilidade, afastando a alegação de incidência do art. 44, §3º e art. 48, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.666/93.



Nada obstante, a apresentação de proposta equivalente a aproximadamente 71% da apresentada pela recorrente **afasta** a alegação de “preço inexequível” regulamentada pelo art. 48 da Lei de Licitações, que afirma:

Art. 48. Serão desclassificadas:

[...]

II - propostas com **valor global** superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas **cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:**

- a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou
- b) valor orçado pela administração. (g.n.)

3 – Conclusão

Em um ponto, esta contra-razoante concorda com a recorrente no que pertine ao cabimento da transcrição de lição da jurista Juliana Mendes Lopes que diz que “(...)definidas as condições e publicado o instrumento convocatório, fica a entidade estritamente vinculada aos seus termos, não podendo estabelecer exigências ou condições nele não previstas (...)”.

Assim, tendo sido facultado pelo Edital da TP nº 002/2019 a contratação de Engenheiro Eletricista através de Contrato de Prestação de Serviços, fica a entidade impossibilitada de realizar exigências incompatíveis e inaplicáveis ao Contrato de Prestação de Serviços não previstas no Edital.

Finalmente, evidencia-se, de todo o exposto, que merece subsistir o julgamento da Comissão de Licitação de Obras do Poder Judiciário do Estado de Alagoas no que pertine à **classificação da SAMPAIO CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP**, devendo manter o posicionamento de que o Edital não exigiu que o Engenheiro



Eletricista fosse parte integrante dos quadros da Pessoa Jurídica, possibilitando sua contratação sem a exigência de vínculo empregatício, ocasionando a incidência das disposições legais relativas ao Contrato de Prestação de Serviços que tem natureza **consensual**, privilegiando a autonomia das partes, com anuência expressa desta possibilidade pelo CREA/AL.

Ademais, reiteramos o que enfaticamente demonstrado nos autos do Recurso Administrativo interposto por esta contra-razoante, no que tange à desclassificação da empresa ASSISTENCE ENGENHARIA LTDA – EPP, a fim de ratificar o pedido de desclassificação de referida empresa por apresentar “Planilha Orçamentária com Desoneração” em desacordo com as exigências editalícias ao apresentar percentual de SAT nulo, em confronto com os índices estabelecidos pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

4 – Dos pedidos

Pelo exposto, aguarda esta contra-razoanteque seja julgado **IMPROCEDENTE** o Recurso Administrativo interposto pela empresa **NOBRE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA.**, requerendo que seja mantida a decisão desta Comissão de Licitação de Obras do Poder Judiciário do Estado de Alagoas pela classificação da **contra-razoante** classificação em primeiro lugar da proposta apresentada pela **SAMPAIO CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP**, após a desclassificação da empresa **ASSISTENCE ENGENHARIA LTDA – EPP**, pelos argumentos contidos no Recurso Administrativo interposto por esta signatária nos autos do Processo Administrativo Nº 2019/2226.

Por fim, caso mantida a decisão de classificação da empresa **ASSISTENCE ENGENHARIA LTDA – EPP**, ou em havendo mudança de entendimento quanto a regularidade da planilha orçamentária apresentada pela **SAMPAIO CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP**, seja o presente remetido à autoridade superior competente deste Tribunal de Justiça, para que decida pela desclassificação da empresa **ASSISTENCE**





ENGENHARIA LTDA – EPP e proceda com a declaração de primeira classificada à empresa SAMPAIO CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP ao julgar improcedente o recurso administrativo interposto pela terceira classificada.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Maceió, 05 de abril de 2019.

CARLOS JORGE UCHÔA SAMPAIO
Sampaio Construções EIRELI - EPP